



**TRE  
PARANÁ**

**CONTRATO Nº .../2025**

**PAD 16968/2024**

**ANEXO V  
MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS, que entre si fazem o TRIBUNAL  
REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ e a  
empresa .....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133, de 01/04/2021, e demais legislações pertinentes, em conformidade com o edital de licitação do Pregão Eletrônico nº ....., regularmente autorizada pelo ordenador da despesa no PAD nº 16968/2024, e em consonância com a proposta de preços vencedora, de um lado o:

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora Geral, **Solange Maria Vieira**, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ nº ....., com sede na cidade de ....., Rua ....., nº ..... bairro, CEP ....., telefone (..) ....., e-mail;....., neste ato representada por ....., doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - O presente Contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de **serviços de intérprete de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)** durante as sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, eventos com público externo e interno do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e demais atividades que necessitem desse serviço.

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições descritas no Edital de Licitação, Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

**1.3** – Não será permitido transferir a outrem o objeto da presente contratação, no todo ou em parte.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

**2.1** - Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência - Anexo I.

**2.2 - Local da prestação dos serviços:** os serviços serão prestados preferencialmente na Sede do Tribunal Regional e Eleitoral do Paraná, Fórum Eleitoral de Curitiba e Fóruns Eleitorais da Região Metropolitana de Curitiba e, ocasionalmente, nos Fóruns Eleitorais do interior do Estado do Paraná, no horário das 12h às 19h. Podendo haver possível alteração de horário em situações ocasionais ou em períodos eleitorais.

**2.2.1.** Nos eventos realizados no interior do estado do Paraná, poderá ocorrer o pagamento de diárias por parte do TRE-PR, conforme regras definidas no Item 3.3 do Termo de Referência – Anexo I.

**2.2.2.** No caso de material gravado para tradução posterior, o produto final será disponibilizado por *link* para acesso a armazenamento em nuvem, enviado por aplicativos de mensagens instantâneas para os servidores das unidades demandantes e/ou para os e-mails [secom@tre-pr.jus.br](mailto:secom@tre-pr.jus.br) e [sav@tre-pr.jus.br](mailto:sav@tre-pr.jus.br).

**2.3 -** De acordo com o art. 6º, inciso XVI, da Lei nº 14.133/2021, o objeto se caracteriza pela prestação de serviços contínuos e, consoante inciso XXIX, do mesmo dispositivo, a contratação será realizada pelo regime de empreitada por preço global, com pagamento por demanda.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

#### **3.1 - Incumbe ao CONTRATANTE:**

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência – Anexo I, Edital e seus anexos e deste instrumento contratual;

II - Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser encaminhadas pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, preferencialmente dentro de 1 (um) mês, admitida prorrogação motivada, por igual período.

III - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

IV - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**4.1 -** As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

**4.2 -** Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições exigidas para a habilitação da licitação.

**4.3 -** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

### **CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

**5.1 -** O presente contrato vigorará pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado, ou extinto antecipadamente nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, a critério da Contratante.

## CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

6.1 - A despesa com o presente instrumento correrá a conta de:

Programa de Trabalho/ PTRES:.....;

Elemento de despesa: .....

Nota de Empenho ....., de .....

Categoria econômica: Custeio;

Código SIASG: 12637.

## CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

7.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total estimado de R\$ .....  
(.....), conforme a seguir especificado:

ID	Descrição	UN	QTD	Valor UNITÁRIO	Valor TOTAL (Valor unitário x quantidade)
A	Tradução para a linguagem em Libras, no modo PRESENCIAL NO TRE/PR e SIMULTÂNEO. Presença do intérprete no mesmo local em que ocorre o evento e de onde fala o orador.	horas	325	R\$ .....	R\$ .....
B	Tradução para a linguagem em Libras, no modo NÃO PRESENCIAL NO TRE/PR e NÃO SIMULTÂNEO (por meio de gravação prévia da tradução para transmissão posterior, em espaço ou janela de LIBRAS, mediante divulgação e publicação nos canais do TRE/PR na internet)	horas	295	R\$ .....	R\$ .....
C	Tradução para a linguagem em Libras, no modo NÃO PRESENCIAL (NO TRE/PR) e SIMULTÂNEO (gravado e reproduzido remota e simultaneamente por meio de videoconferência)	horas	60	R\$ .....	R\$ .....
D	Tradução para a Linguagem em Libras <b>EM ANO ELEITORAL – SÁBADO</b>	horas	18	R\$ .....	R\$ .....
E	Tradução para a Linguagem em Libras - <b>EM ANO ELEITORAL - DOMINGO E FERIADOS</b>	horas	18	R\$ .....	R\$ .....
F	Tradução para a Linguagem em Libras - <b>EM ANO ELEITORAL - NOTURNO</b>	horas	4	R\$ .....	R\$ .....
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA:</b> <b>(Soma dos valores totais dos identificadores A-B-C-D-E-F)</b>					<b>R\$ .....</b>

7.1.1 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

**7.1.2** - Conforme previsto no Instrumento de Medição de Resultado- IMR – Anexo IV, ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, assim como na hipótese de ocorrência de faltas sem reposição, nos termos constantes do Termo de Referência - Anexo I.

## **7.2 - Dos custos Acessórios**

**7.2.1** - O valor unitário da diária a ser paga ao empregado de empresa terceirizada, em deslocamento a serviço da Justiça Eleitoral do Paraná, correspondente ao valor de **R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, conforme a Portaria DG/TRE/PR nº 352, de 29/07/2022, e alterações posteriores.

**7.2.2** - Estima-se a necessidade de **75 (setenta e cinco) diárias** durante o período contratual, totalizando o valor de **R\$ 18.750,00 (dezoito mil, setecentos e cinquenta reais)**, o que pode ser concretizado parcialmente, totalmente ou até mesmo não concretizado.

## **7.3 - Do documento fiscal e do pagamento:**

**7.3.1** - O documento de cobrança poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao Gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, no endereço [sav@tre-pr.jus.br](mailto:sav@tre-pr.jus.br), telefone (41) 3330-8304 ou poderá ser apresentado na forma física, encaminhado à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba/PR, igualmente direcionado ao Gestor.

**7.3.2** - O CNPJ da empresa contratada deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

**7.3.3** - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato e,
- e) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

**7.3.4** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**7.3.5** - O período para faturamento deverá ser mensal.

**7.3.5.1** - Os faturamentos seguirão a convenção de mês comercial - inclusive os proporcionais (*pro rata die*), na proporção de 1/30 do valor mensal. Essa convenção também se aplicará a reajustes, repactuações, acréscimos, supressões, prorrogações e demais alterações contratuais supervenientes.

**7.4** - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: **até o 5º (quinto) dia útil** do mês seguinte a prestação dos serviços.

**7.5 - Das Condições de Pagamento:** O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos:**

**7.5.1** - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste TRE/PR.

**7.5.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor (**liquidação da despesa**)

**7.5.3 -** Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, os prazos previstos nos itens 7.5.1 e 7.5.2 serão reduzidos para 5 (cinco) dias úteis.

**7.5.4 -** A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**7.5.5 -** O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo (s).

**7.5.6 -** Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.6 - Da correção monetária:** na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto e tenha procedido solicitação formal, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

### **7.7 - Da regularidade fiscal:**

**7.7.1 -** Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do CONTRATANTE, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**7.7.1.1 -** A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação, visando à regularização.

**7.7.1.1.1 -** Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste instrumento e/ou anexo (s).

**7.8 -** A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

**a)** por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

**b)** por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

**c)** por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**7.8.1 -** O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE**

**8.1-** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 08/10/2024, nos termos do artigo 25 § 7º da Lei nº 14.133/2021.

**8.2-** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## **CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**9.1** - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor o acompanhamento dos serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência – Anexo I.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**10.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**10.1.1** - Na aplicação das sanções serão considerados(as) (art. 156§1º da Lei nº 14.133/2021):

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.2.** - As condutas de natureza **LEVE** são passíveis de **ADVERTÊNCIA** e àquelas de maior gravidade aplicam-se as **MULTAS**, conforme a seguir discriminado.

### **a) ADVERTÊNCIA:**

	<b>Relação de descumprimentos</b>
<b>1</b>	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
<b>2</b>	Atraso na correção ou substituição dos serviços, quando solicitado pelo TRE;
<b>3</b>	Atraso na entrega de documentos necessários;
<b>4</b>	Falta de retorno às comunicações do TRE pelo preposto;
<b>5</b>	Falta de acompanhamento das atividades pelo preposto;
<b>6</b>	Não emitir a nota fiscal dentro do prazo;
<b>7</b>	Encaminhar nota fiscal com falta de documento;

**b) MULTAS:** aplicadas de modo interdependentes, quando decorrentes de fatos diversos:

<b>Graduação da sanção</b>	<b>Relação de descumprimentos (exemplificativos)</b>	<b>Dosimetria e base de incidência</b>
<b>MÉDIA</b>	1. Atraso aos prazos estipulados para execução dos serviços, superior a 10 (dez) e limitado a 15 (quinze) minutos.	0,5% (zero vírgula cinco por cento) por minuto, sobre o valor da fatura mensal.
	2. Atraso na execução dos serviços, superior a 15 (quinze) minutos, limitado a 20 (vinte) minutos do início do evento. Após esse prazo, poderá ser considerado inadimplência parcial do contrato.	10% (dez por cento) sobre o valor da fatura mensal.
	3. Atraso aos demais prazos em cumprimento a eventos específicos determinados pelo gestor da contratação.  4. Percentual de glosas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) superior a 50% (cinquenta por cento) no mês.  5. Prestação de serviços em desacordo com o solicitado, no que se refere à atuação dos profissionais, quanto ao conhecimento, postura, qualificação, número mínimo e demais exigências postas no Termo de Referência.	
<b>GRAVE</b>	6. Atraso reiterado do comparecimento do intérprete nos eventos no horário estipulado no Termo de Referência. 7. Atraso na entrega das mídias gravadas, conforme solicitação do gestor, em até 3 (três) vezes no mês. 8. Recusa em refazer os serviços considerados insuficientes ou em desacordo com as exigências, no que se refere às traduções/interpretações de mídias gravadas pelo Contratante, podendo acarretar extinção unilateral do contrato. 9. Não observância das normas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência.	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
<b>GRAVÍSSIMA</b>	10. Inexecução parcial do contrato que gere prejuízo à Contratante, consubstanciada em comparecimento do intérprete ao evento com atraso no horário estipulado, superior a 3 (três) vezes no mês.	20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
	11. Paralisação total ou abandono da prestação dos serviços;	
	12. Inadimplemento total do contrato.	

**10.3** - Poderá ser aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração.
- b) inexecução total do contrato.
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.

**10.4** - Poderá ser aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

- a) apresentar documentação ou declaração falsa.
- b) praticar ato fraudulento.
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**10.5** - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

**10.6** - A aplicação das sanções previstas não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**10.7** - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

**10.8** - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores - SICAF.

**10.9** - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 - art. 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**10.10** - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**10.10.1** - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União.

**10.11** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme art. 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

**10.12** - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**10.13** - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



**10.14** - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**11.1** - Ficarão o presente contrato extinto a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS**

**12.1** - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no art. 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 7.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO**

**13.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**13.2** - E por estarem assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato, em formato digital<sup>1</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, ..... de ..... de 2025

.....  
Representante Legal  
p/Contratada

**Solange Maria Vieira**  
Diretora Geral - TRE/PR  
p/Contratante

---

<sup>1</sup> Excepcionalmente, poderá ser aceito outro formato.